

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ARIANA FERREIRA DA SILVA NUNES
MIRABELLY DO NASCIMENTO BRAGA

PERFIL ALOCATIVO DOS GASTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE ALAGOAS: um estudo do comportamento dos gastos públicos
no período de 2013 a 2018.

MACEIÓ
2019

**ARIANA FERREIRA DA SILVA NUNES
MIRABELLY DO NASCIMENTO BRAGA**

**PERFIL ALOCATIVO DOS GASTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE ALAGOAS: Um estudo do comportamento dos gastos públicos
no período de 2013 a 2018.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Valdemir da Silva

MACEIÓ
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE

DECLARO para os fins que se fizerem necessários que as alunas **ARIANA FERREIRA DA SILVA NUNES**, matrícula 15111564 e **MIRABELLY DO NASCIMENTO BRAGA**, matrícula 15111690, no curso de Ciências Contábeis, concluíram com aprovação o Trabalho de Conclusão do Curso – TCC com o título “**PERFIL ALOCATIVO DOS GASTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS: UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2013 A 2018**” e obtiveram nota 9,33 (nove inteiros e trinta e três centésimos).

Maceió(AL), 01 de fevereiro de 2021

Paulo Sérgio Cavalcante
Coordenador do Curso

DEDICATÓRIAS

AGRADECIMENTOS

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar o perfil alocativo dos gastos públicos dos municípios do estado de Alagoas no período de 2013 a 2018. Para esta finalidade, procedeu-se com análises documentais e adotou-se uma abordagem quantitativa para quantificar as informações coletadas. A pesquisa é exploratória quanto aos objetivos, pois oferece conceituação e análise do tema. Os dados propostos para análise foram retirados do banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. As informações coletadas foram as despesas públicas por função dos municípios e a sua reclassificação segundo três categorias: Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos. A amostra compreendeu as cidades com população de até 100.000 habitantes, totalizando 100 municípios. Dentre os principais resultados, percebeu-se um crescimento dos gastos públicos de aproximadamente 22% no ano de 2018 em relação a 2013. Além disto, apontou-se a predominância dos Gastos Sociais nas preferências alocativas dos municípios alagoanos, destacando-se com grande participação no conjunto de despesas dos municípios, correspondendo, em média, a 79% dos gastos totais. Portanto, o estudo se mostra oportuno e de grande importância para a sociedade e comunidade acadêmica, contribuindo para expansão do conhecimento sobre a alocação dos recursos e fortalecendo a discussão acerca das políticas públicas.

Palavras-chave: Gasto público. Perfil Alocativo. Municípios.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the allocative profile of public spending of municipalities in the state of Alagoas from 2013 to 2018. For this purpose, we proceeded with documentary analysis and adopted a quantitative approach to quantify the information collected. The research is exploratory as to objectives, as it offers conceptualization and analysis of the theme. The data proposed for analysis were taken from the database available by the National Treasury Secretariat - STN. The information collected was public expenditure by function of the municipalities and their reclassification according to three categories: Minimum Expenditure, Social Expense and Economic Expense. The sample comprised cities with populations of up to 100,000 inhabitants, totaling 100 municipalities. Among the main results, there was a growth of approximately 22% in public spending in 2018 compared to 2013. In addition, there was a predominance of Social Expenditures in the allocative preferences of the municipalities of Alagoas, highlighting the large participation in the set of municipal expenditures, corresponding on average to 79% of total expenditures. Therefore, the study is timely and of great importance for society and the academic community, contributing to the expansion of knowledge about resource allocation and strengthening the discussion about public policies.

Keywords: Public spend. Allocative profile. Municipalities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização e Problemática	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa	16
1.4 Estrutura da Pesquisa	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Gasto Público	17
2.2 Composição e estrutura do Gasto Público	20
2.3 Gasto Público nos Governos Locais	21
2.4 Estudos Anteriores	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1 Tipologia da Pesquisa	24
3.2 Universo da Pesquisa	24
3.3 Coleta, Tabulação e Tratamento dos Dados	25
3.4 Indicadores Utilizados na Pesquisa	26
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	
4.1 Comportamento da Alocação dos Gastos Públicos Executados	27
4.2 Análise Descritiva dos Gastos Públicos	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos Econômicos nos municípios alagoanos (1.000,00)	28
Gráfico 2 – Comportamento dos Gastos Sociais.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gastos Públicos e a Natureza Alocativa do Governo	19
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos Anteriores	23
Quadro 2 - Amostra da pesquisa	24
Quadro 3 - Indicadores dos Gastos Públicos utilizados na pesquisa.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos Públicos Executados pelos municípios alagoanos (R\$1.000,00)	27
Tabela 2 – Gasto Público per capita	29
Tabela 3 – Gasto Público por dia (R\$ 1.000,00)	29
Tabela 4 – Análise descritiva dos Gastos Mínimos entre 2013 e 2018	30
Tabela 5 – Análise descritiva dos Gastos Sociais entre 2013 e 2018	30
Tabela 6 – Análise descritiva dos Gastos Econômicos entre 2013 e 2018	32
Tabela 7 – Gastos Mínimos per capita	32
Tabela 8 – Gastos Sociais per capita	33
Tabela 9 – Gastos Econômicos per capita	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FINBRA – Finanças do Brasil

GE – Gasto Econômico

GM – Gasto Mínimo

GS – Gasto Social

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problemática

O debate acerca dos gastos públicos tem relação direta com a intervenção do governo na economia, principalmente no que tange à importância desses gastos para o desenvolvimento econômico, uma vez que uma das características mais marcantes da economia do século XX é o crescente aumento das despesas públicas (GIACOMONNI, 2010).

Sob essa ótica, Ferreira e Malliagos (1998) constataram uma relação positiva entre os gastos públicos e o crescimento econômico do país, a qual evidenciou o aumento de 0,55% do Produto Interno Bruto para cada 1% de investimento em infraestrutura.

Por sua vez este crescimento não se deu somente em nações de economia coletivizada, onde o estado é o grande agente econômico, mas também em países com o regime capitalista avançado onde o Estado pouco interfere na economia e no mercado (GIACOMONNI, 2010).

Bogoni, Hein e Beuren (2011, p. 177) afirmam que os gastos públicos podem impulsionar a evolução econômica, principalmente com aumento de investimentos em detrimento dos gastos com consumo e subsídios, desta forma, à medida que o governo injeta ou retira recursos do setor privado, provoca efeitos negativos ou positivos na renda econômica do país.

Conforme a abordagem tradicional de Musgrave (1980), as funções econômicas do Estado têm, basicamente, a finalidade de assegurar os ajustes na alocação de recursos, propiciar a isonomia na distribuição da renda e possibilitar a estabilidade econômica.

No que diz respeito à função de alocação dos recursos, Rezende (2011) destaca que, pouco se sabe se as preferências alocativas das diversas esferas de governo no Brasil sofreram alterações a partir dos anos 80.

Na escala Regional, Rezende (2011) salientou a importância de entender e analisar as preferências alocativas das regiões brasileiras, observando um padrão nas regiões, principalmente no Nordeste, em preferência por gastos sociais,

tornando esta análise de grande importância para os níveis estaduais e municipais de gastos públicos.

De acordo com Fernandes *et al.* (1998), os gastos sociais são aqueles destinados para a melhoria das condições de vida da população. Essa definição baseia-se na classificação de Rezende (2011) que divide os gastos públicos em sociais (Gs), econômicos (Ge) e mínimos (Gm).

No âmbito municipal, Bovo (2001), destaca, em sua análise nos municípios de São Paulo, uma inclinação para gastos sociais, acarretando uma tendência ao agravamento das dificuldades financeiras desses municípios.

Sob a ótica de Rezende (2011), a classificação dos gastos públicos serviu como base para a constatação de que os estados possuem uma propensão a mudanças nas preferências alocativas enquanto os municípios apresentam padrões mais estáveis e definidos.

Partindo para um contexto alagoano, é notável uma carência de estudos voltados para os municípios desse estado, dificultando a análise dos impactos dos gastos públicos para a economia alagoana e não permitindo identificar um padrão na alocação dos recursos públicos. Considerando este prisma, emerge a seguinte questão-problema: **qual o perfil alocativo dos gastos públicos dos municípios estado de Alagoas no período de 2013 a 2018?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar o perfil alocativo dos gastos públicos dos municípios do estado de Alagoas no período de 2013 a 2018.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral deste estudo tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar os gastos públicos executados por função nos municípios alagoanos;

- Classificar os gastos público em sociais (Gs), econômicos (Ge) e mínimos (Gm);
- Identificar o perfil alocativo dos gastos públicos.

1.3 Justificativa

Os gastos públicos podem ser estudados em várias áreas do conhecimento, como na Contabilidade, Administração, Economia, Direito etc. Sendo uma temática atual e que afeta diretamente a economia, é pertinente uma análise acerca deste tema.

As preferências alocativas dos municípios alagoanos é um assunto pouco tratado em bibliografias, o que implica em um certo desconhecimento a respeito dessa matéria por parte da comunidade acadêmica e sociedade. Posto isso, esta pesquisa pode gerar informações e direção para potenciais pesquisas acadêmicas e para os gestores públicos.

A relevância deste estudo dar-se pela contribuição da ampliação do conhecimento da sociedade sobre a alocação dos recursos e os gastos empenhados pela administração pública. Do mesmo modo, proporciona maior participação da sociedade na fiscalização e acompanhamento das atividades dos gestores governamentais do estado de Alagoas.

1.4 Estrutura da Pesquisa

Esta pesquisa está organizada do seguinte modo. Além desta introdução, na seção 2, apresenta-se o referencial teórico relativo aos gastos públicos e à alocação desses gastos nas diferentes áreas da atuação governamental. Na seção 3, descreve-se a metodologia empregada na realização desta pesquisa. Na seção 4, é feita uma discussão dos principais achados desta pesquisa, organizados segundo os objetivos específicos traçados no trabalho. E, finalmente, a última seção contém as considerações finais feitas a respeito desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção refere-se à sustentação teórica em relação ao fenômeno objeto de estudo desta investigação. Por conseguinte, se subdivide em quatro subseções: gastos públicos; composição e estrutura do gasto público; gasto público nos governos locais; e os estudos anteriores pertinentes ao assunto pesquisado.

2.1 Gasto Público

Os Gastos públicos segundo JUND (2008) representam um conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, objetivando a realização e o funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais.

As despesas públicas, segundo o MCASP (2018), são dispêndios utilizados para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Representam transações que necessitam de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Gomes (1999, p.19) acrescenta que os gastos públicos podem ser entendidos como uma sucessão de fases que se inicia com o estabelecimento de diretrizes definidas pelo governo, observando o que se pretende alcançar em tempo predefinido.

Baleeiro (1996, p.65) conceitua despesas públicas como uma "aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de fim a cargo de governo".

Por meio do modelo desenvolvido por Barro (1990), pode-se avaliar a importância dos gastos públicos. Nesse modelo, o tamanho do governo causa efeitos sobre a taxa de crescimento econômico. Logo, os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível acima do qual o aumento dos gastos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança.

Através do estudo dos gastos públicos é possível identificar e observar alguns apontamentos importantes quanto ao rumo das preferências alocativas e o perfil de tal governo.

Rezende (1996) fragmenta os gastos públicos em três categorias: Gasto mínimo (G_m); gasto social (G_s); e gasto econômico (G_e):

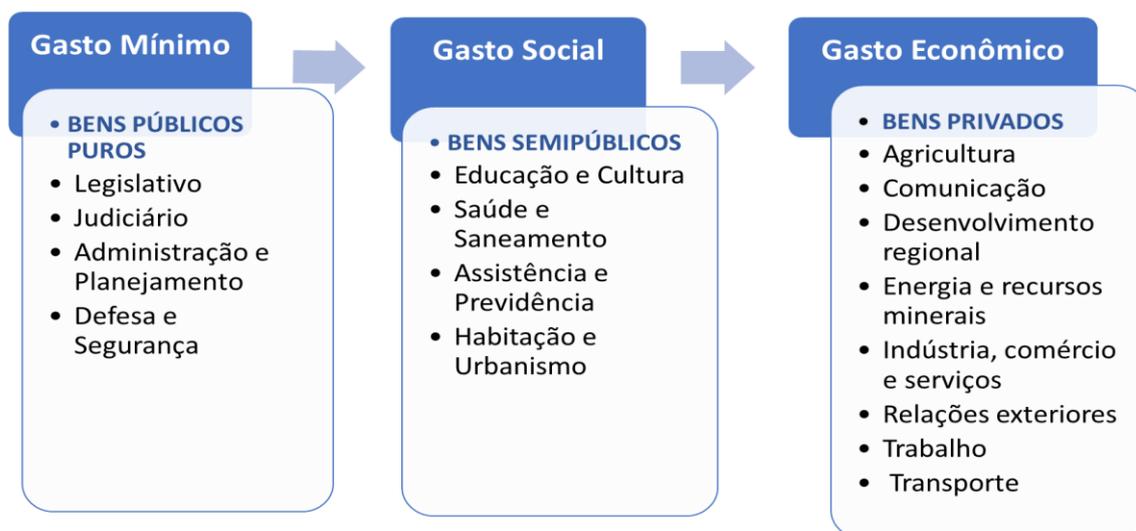
O gasto mínimo (G_m) é composto pelos gastos governamentais em políticas públicas consideradas como de domínio exclusivo do governo. E abrangem a provisão de bens e serviços que se enquadram na categoria de bens públicos puros, os quais não podem ser provisionados por mecanismos de mercado, representando campos de domínio exclusivo do governo (REZENDE, 1996).

O gasto social (G_s) são os gastos em políticas públicas voltada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos. Estes bens, devido a seus graus de exclusão e divisibilidade relativa ao consumo, possibilitam que o governo não assuma posição monopolista, abrindo portas para a entrada de mecanismos de mercado para a alocação de tais recursos (REZENDE, 1996).

O gasto econômico (G_e) representa o gasto referente as atividades econômicas, nas quais, o governo não teria necessidade de se envolver. Porém, na prática, o governo executa tais atividades dada a necessidade de regulação de mercados; ou, ainda, em casos de intervenção direta desempenhando atividades empresariais (REZENDE, 1996).

A Figura 1 demonstra a formação funcional dos gastos públicos de acordo com as três categorias aplicadas neste estudo. As funções foram elencadas em cada categoria de gastos (gasto mínimo, gasto social e gasto econômico). Estas categorias de gastos se distinguem por meio da classificação da teoria dos bens públicos que é composta por bens públicos puros, bens semipúblicos e os bens privados.

Figura 1 - Gastos Públicos e a Natureza Alocativa do Governo



Fonte: Rezende, 1996

Cândido Júnior (2001) defende ser impossível excluir algum indivíduo do consumo de bens públicos puros. E acrescenta que o consumo de um indivíduo não reduz a disponibilidade desse bem para outros indivíduos.

Os bens cuja exclusão é possível, mas não é aplicada, são bens considerados social ou economicamente desejáveis ou bens meritórios/semipúblico. Tais bens são geralmente definidos em termos de requisitos mínimos a que todos os membros da comunidade têm direito, independentemente de contribuição (MARTONE, 2007).

Os Bens privados são divisíveis, seu custo marginal de provisão é relativamente baixo, e é possível excluir consumidores, ou seja, o consumo de um bem privado exclui outro indivíduo de seu consumo (STIGLITZ, 1996)

A impossibilidade de exclusão diferencia bens privados de bens públicos, os bens públicos puros são caracterizados pela não rivalidade, a não exclusão e a indivisibilidade. Em relação aos bens privados, estes são rivais e excludentes.

2.2 Composição e estrutura do Gasto Público

De acordo com a abordagem tradicional de Musgrave (1980), as funções do Governo são divididas em três grandes ramos: alocativa, distributiva e estabilizadora.

No que diz respeito a função estabilizadora, Giacomoni (2010) afirma que essa função possui o papel de estabilizar a economia mantendo elevado nível de emprego, a estabilidade nos níveis de preços, o equilíbrio no balanço de pagamentos e razoável taxa de crescimento econômico.

Para Musgrave (1980), a função distributiva relaciona-se a medidas tomadas pelo governo afim de obter uma situação justa de distribuição de renda e fatores de produção.

Rezende (2011) afirma que o gasto público, realizado pelo governo, atrelado a um conjunto fixo de políticas públicas, expressa com relativa precisão, as preferências alocativas.

A função alocativa, é o principal instrumento para a viabilização das políticas públicas de distribuição de renda (GIACOMONI, 2010). Desse modo, esta função age no sentido de fazer ajustes na alocação dos recursos dentro do sistema econômico, incentivando, sobretudo, a produção de bens que o setor privado não tem interesse em produzir ou não o faz em quantidade suficiente Musgrave (1980).

Para melhor entendimento da composição e estrutura do gasto público, torna-se relevante compreender que, segundo Lima e Castro (2000), orçamento público é planejamento feito pela Administração Pública para atender aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos que objetivam a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Sob a ótica financeira, para Angélico (2014) o orçamento é um planejamento de aplicação de recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um determinado período. Desta forma, os gastos do setor público são executados conforme o orçamento público.

No orçamento brasileiro, os gastos públicos possuem três classificações: a classificação institucional, a classificação funcional programática e a classificação econômica (BRASIL, 2016).

A classificação institucional do gasto orçamentário público consiste na distribuição dos recursos orçamentários pelos órgãos e unidades orçamentárias

responsáveis pela execução, revelando a estrutura organizacional de alocação das receitas (BRASIL, 2016).

A classificação econômica dos gastos orçamentários públicos consiste em duas categorias: despesas correntes e despesas de capital. Considerando o contexto operacional de consumo dos dispêndios públicos, as despesas correntes são os gastos públicos executados com custeio e transferências correntes. Para o contexto de expansão do setor público, são aquelas despesas orçamentárias efetuadas pela Administração Pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital (BRASIL, 1964).

A classificação orçamentária do gasto público foi instaurada pela Portaria nº 42/1999 e é composta por um grupo de funções e subfunções, sendo de aplicação compulsória para todos os entes federativos, permitindo, desse modo, um padrão nacional dos gastos do setor público.

O critério funcional de classificação dos gastos públicos orçamentários possui duas categorias: função e subfunção. A função é entendida como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público” e as subfunções “uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.” (BRASIL, 1999).

Burkhead (1971) adiciona que a classificação funcional ou por funções pode ser entendida como a “classificação para os cidadãos” porque gera informações gerais sobre as operações do governo, podendo ser apresentadas em uma espécie de “orçamento resumido”. Assim sendo, depreende-se que essa classificação demonstra, de maneira sintética, onde são gastos os recursos públicos.

Nesse entendimento, a classificação funcional buscar basicamente responder à indagação “em que área de ação governamental a despesa será realizada (MCASP, 2018). Estas áreas podem ser o conjunto de ações na saúde, segurança pública, educação, assistência social, entre outras.

2.3 Gasto Público nos Governos Locais

O processo de descentralização fiscal, que se caracteriza pela participação mais acentuada das regiões, estados e cidades, tanto no financiamento quanto nos gastos governamentais (GUEDES; GASPARINI, 2007), foi um dos fatores

fundamentais para uma maior autonomia dos municípios no que tange ao direcionamento das políticas e gastos públicos (AFONSO; ARAÚJO, 2000).

O maior objetivo desta autonomia foi a expectativa de uma alocação dos recursos públicos de maneira mais eficiente, proporcionando, assim, uma melhor aproximação do governo com os problemas locais e uma maior exploração da base tributária (GIAMBIAGI; ALÉM, 2007).

Pesquisas apontam que os municípios alcançam índices cada vez maiores no que diz respeito à arrecadação de tributos por meio da cobrança do IPTU, ISS e outras taxas (AFONSO; ARAÚJO, 2000). Os autores complementam a ideia destacando que seria importante a autossustentação desses municípios, apesar disto não ocorrer nem mesmo em países desenvolvidos.

Embora haja arrecadação própria, esta ainda não se faz suficiente para gerar receita própria capaz de suprir todas as necessidades sociais. Desta forma, surgem as chamadas “transferências intergovernamentais” com o intuito de evitar uma oferta de serviços públicos abaixo do “socialmente” necessário (REZENDE, 2003).

Em síntese, é possível perceber que este processo de descentralização corroborou para a elevação dos gastos municipais ao decorrer dos anos, uma vez que o governo garantiu as transferências intragovernamentais, dando incentivo e possibilidades dos municípios financiar os seus gastos, sem apresentar uma contrapartida, com a tentativa de alocação com recursos próprios (SILVA, 2005).

2.4 Estudos Anteriores

Esta seção aborda um quadro de estudos anteriores acerca do tema Gastos Públicos, sendo estes utilizados como base para o referencial teórico deste estudo.

Quadro 1 – Estudos anteriores

Autor/Ano	Objetivo e amostra	Resultado
Andrade; e Teixeira (2012)	Avaliar a influência dos gastos sociais na formação do PIB dos 853 municípios do estado de Minas Gerais.	Os resultados encontrados não permitem concluir que os gastos sociais exercem influência significativa na formação do PIB dos municípios mineiros, com exceção da variável saúde.
Bovo (2001)	Analisar os gastos sociais de 42 municípios do estado de São Paulo no período de 1984 à 1994.	Os dados apresentados apontam para uma tendência ao agravamento das dificuldades financeiras dos municípios. Esse fato, aliás, não permite o exercício do otimismo, em um contexto marcado pelo aumento da dívida financeira do setor público
Varela, Martins e Corrar, (2009)	Agrupar os 645 municípios paulistas quanto ao perfil dos gastos públicos per capita por função e descrever as relações entre os agrupamentos obtidos e os grupos definidos pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).	Os resultados obtidos a partir das técnicas de análise de conglomerados e de correspondência indicaram que todos os grupos de municípios, de certo modo, apresentaram gastos elevados nas funções-meio e o montante de recursos aplicados nas funções sociais apresentou associação positiva com os indicadores socioeconômicos dos municípios.
Navarro (2016)	Identificar o perfil, no ano de 2015, da alocação dos gastos dos 27 governos estaduais nas grandes regiões do país e nos estados que as compõem e analisar a trajetória dessa alocação no período 2006-2015.	Dentre os principais resultados deste trabalho, verificou-se que em 73% dos estados (19 estados), os Gastos Sociais corresponderam à categoria de preferência em termos de alocação de gastos dos governos estaduais.
Carvalho, Carvalho, Oliveira e Pereira (2018)	Avaliar o desempenho da gestão municipal em relação à alocação de recursos públicos no âmbito das cidades com mais de 50.000 habitantes no Estado da Paraíba.	Os resultados encontrados demonstram que, apesar das evoluções decorrentes da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, do aumento da transparência e da legislação pública, os municípios de maior porte econômico e social ainda apresentam déficits nas alocações de recursos mediante funções de governo.

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção apresenta as etapas metodológicas deste estudo, sendo esse processo segregado em quatro subseções. Inicialmente, apresenta-se a tipologia de pesquisa, onde são apresentados os limites da investigação. Em sequência, descreve-se o universo da pesquisa. A terceira subseção trata da forma em que os

dados foram coletados. Logo em seguida, apresentam-se os indicadores utilizados na pesquisa para responder à questão problema.

3.1 Tipologia da Pesquisa

Este trabalho, quanto aos objetivos, é exploratório (RICHARDSON *et al*, 2008) porque tem como objetivo oferecer conceituação e análise do tema; e descritiva, uma vez que tem como objetivo identificar ou obter informações sobre a questão ou o problema, descrevendo o comportamento dos fatos ou fenômenos (COLLIS; HUSSEY, 2005). Para tanto, será analisado o comportamento dos gastos públicos nos municípios alagoanos.

Em relação aos procedimentos adotados, foram feitas a revisão de literatura e análise documental. A pesquisa documental constituída pelos documentos públicos (balanços orçamentários) dos municípios do estado de Alagoas e a revisão de literatura constituída pelas contribuições dos diversos autores que já abordaram o assunto investigado (NASCIMENTO, 2002, p. 81).

A abordagem adotada à pesquisa é quantitativa, utilizando-se da análise dos conteúdos referentes aos documentos públicos emitidos pelos municípios, para quantificar informações e dados coletados, no sentido de identificar os gastos realizados.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo desta pesquisa compreendeu inicialmente os municípios do estado de Alagoas com população de até 100.000 habitante. Conforme quadro 2.

Quadro 02 - Amostra da Pesquisa

População da Pesquisa	102
(-) Municípios com população superior a 100.000 habitantes	(02)
= Amostra da Pesquisa	(100)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

3.3 Coleta, Tabulação e Tratamento dos Dados

Os dados propostos para análise nesta pesquisa são secundários, tendo sido coletados a partir de bancos de dados disponíveis pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que trata das Finanças do Brasil (FINBRA), durante os anos de 2013 a 2018, investigando Balanço Orçamentário, bem como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO de cada município alagoano.

Investigando esses documentos, coletaram-se os seguintes dados: valor, em R\$, das despesas por função empenhadas pelos governos estaduais.

Optou-se por coletar os dados de despesas empenhadas visto que o empenho de determinada despesa indica o compromisso assumido pelo Poder Público com a realização dessa despesa. Uma vez realizado o empenho de qualquer despesa, a anulação parcial ou total desse empenho somente poderá ser feita quando o objeto contratado pelo Poder Público não foi ou foi parcialmente entregue pelo credor, quando o valor empenhado não foi totalmente utilizado ou quando a nota de empenho foi emitida incorretamente (BRASIL, 2016a).

A tabulação e o tratamento dos dados foram feitos com a utilização do programa Microsoft Excel versão 2016. Para isso, foram criadas planilhas para os registros dados coletados e analisados anualmente.

Os dados foram retirados da página da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2016a) e foram classificados da seguinte maneira: Gastos mínimos (gm), gastos sociais (gs) e gastos econômicos (ge), tomando como base principal a pesquisa realizada por Rezende (1996).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram reorganizados de acordo com a categorização abaixo relacionada:

a) Gastos Mínimos (Gm): foram consideradas como gastos mínimos as despesas classificadas com as seguintes funções: "Legislativa", "Judiciária", "Essencial à Justiça", "Administração", "Defesa Nacional", "Segurança Pública", "Relações Exteriores" e "Encargos Especiais";

b) Gastos Sociais (Gs): foram consideradas nessa categoria as despesas classificadas com as funções: "Assistência Social", "Previdência Social", "Saúde", "Educação", "Cultura", "Direitos da Cidadania", "Urbanismo", "Habitação", "Saneamento", "Gestão Ambiental" e "Desporto e Lazer";

c) Gastos Econômicos (Ge): nessa categoria, foram consideradas as despesas enquadradas nas funções: "Trabalho", "Ciência e Tecnologia", "Agricultura", "Organização Agrária", "Indústria", "Comércio e Serviços", "Comunicações", "Energia" e "Transporte".

Com base nesta classificação e organização, realizou-se a análise percentual dessas categorias no total das despesas públicas empenhadas nas cidades de Alagoas. Sendo assim, considerou-se 102 municípios alagoanos, conforme os dados obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

3.4 Indicadores Utilizados na Pesquisa

Definir medidas de avaliação e monitoramento dos gastos públicos é uma tarefa complexa, no entanto análise do seu perfil alocativo requer, muitas vezes, indicadores que apesar de simplificar os processos, permitem sua incorporação no apoio à gestão e viabilizam sua adoção como instrumento de trabalho da gestão.

O Quadro 3 apresenta os indicadores dos Gastos Públicos, destacando sua fórmula de cálculo.

Quadro 3 – Indicadores dos Gastos Públicos utilizados na pesquisa

Indicador	Fórmula
Gasto Mínimo per capita	$\frac{\text{Gasto Mínimo}}{\text{População estimada (IBGE)no ano}}$
Gasto Econômico per capita	$\frac{\text{Gasto Econômico}}{\text{População estimada (IBGE)no ano}}$
Gasto Social per capita	$\frac{\text{Gasto Social}}{\text{População estimada (IBGE)no ano}}$
Gasto Mínimo por dia	$\frac{\text{Gasto Mínimo}}{365 \text{ dias}}$
Gasto Econômico por dia	$\frac{\text{Gasto Econômico}}{365 \text{ dias}}$
Gasto Social por dia	$\frac{\text{Gasto Social}}{365 \text{ dias}}$

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

No quadro acima, os nomes dos indicadores propostos neste estudo estão seguidos da sua fórmula para facilitar a avaliação do perfil alocativo dos gastos públicos dos municípios alagoanos.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Esta seção refere-se à análise dos dados e resultados. Para tanto, as análises foram realizadas por ano, em busca de apresentar detalhadamente, por exercício, o comportamento das categorias dos gastos e dos indicadores. Sendo assim, subdivide-se em 2 (duas) subseções: comportamento da alocação dos gastos públicos executados; e análise descritiva dos gastos públicos.

4.1 Comportamento da Alocação dos Gastos Públicos Executados

A tabela 1 revela a predominância dos Gastos Sociais, tais gastos representam as preferências alocativas dos municípios alagoanos, destacando-se com elevada participação no conjunto de despesas dos municípios.

O Painel B da tabela 1 evidencia a evolução dos gastos ao longo do exercício de 2013 a 2018, e a participação de cada categoria em relação ao montante total dos gastos em cada ano. No ano de 2018 os gastos apresentaram aumento de aproximadamente 22%, comparando com 2013. O Gasto Econômico demonstra forte evolução, em 2018 seu crescimento foi superior a 50% em relação a 2013. Em 2018 os Gastos sociais corresponderam cerca de 79% dos gastos totais, seguido de 18,3% dos Gastos Mínimos e apenas 2,7% aplicados aos Gastos Econômicos.

Tabela 1 – Gastos Públicos Executados pelos municípios alagoanos (R\$ 1.000,00)

Painel A – Valores dos gastos executados												
Tipo	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
GM	993.296,02		968.603,04		976.243,96		941.160,86		992.717,39		1.078.895,64	
GS	3.730.053,16		3.938.184,62		4.374.769,28		4.339.900,53		4.125.274,18		4.646.373,16	
GE	99.844,15		124.436,36		137.541,10		135.817,87		133.011,76		156.454,43	
Total	4.823.193,33		5.031.224,02		5.488.554,34		5.416.879,26		5.251.003,33		5.881.723,23	

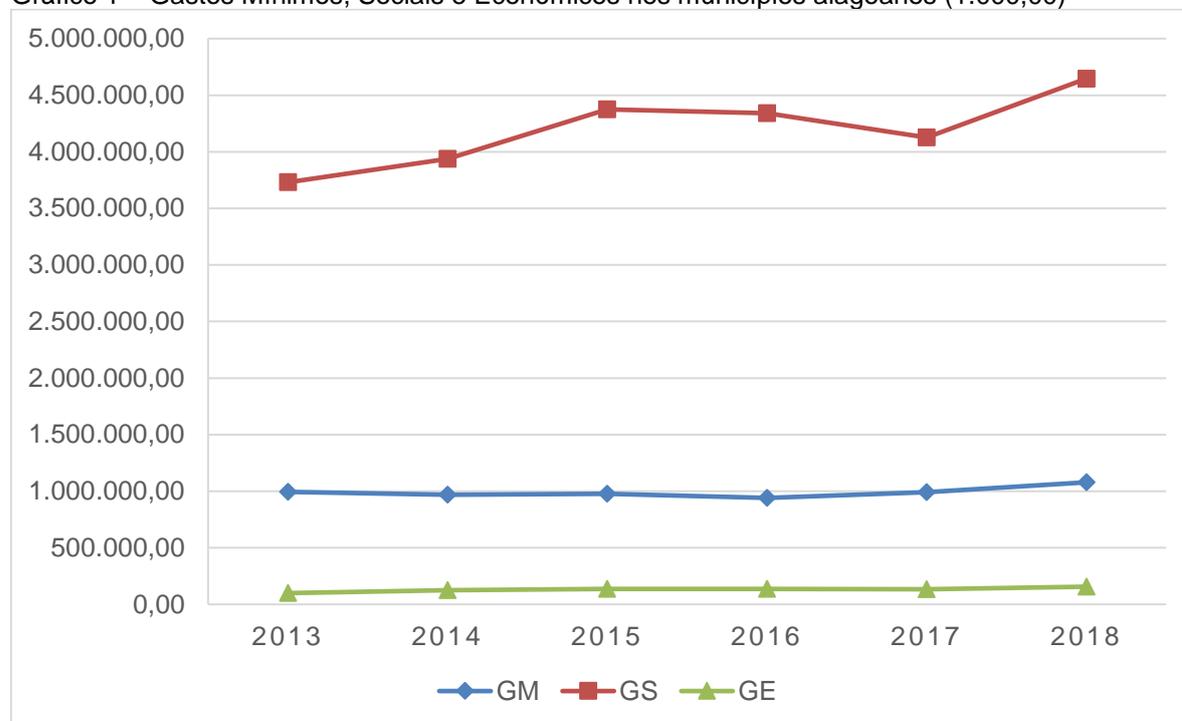
Painel B – Análises Horizontal (AH) e Vertical (AV) dos gastos executados.												
Tipo	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	AH	AV										
GM	100,0	20,6	97,5	19,3	98,3	17,8	94,8	17,4	99,9	18,9	108,6	18,3
GS	100,0	77,3	105,6	78,3	117,3	79,7	116,3	80,1	110,6	78,6	124,6	79,0
GE	100,0	2,1	124,6	2,5	137,8	2,5	136,0	2,5	133,2	2,5	156,7	2,7
Total	100,0	100,0	104,3	100,0	113,8	100,0	112,3	100,0	108,9	100,0	121,9	100,0

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

Em relação à trajetória dos gastos evidenciada no gráfico 1, verifica-se que o Gasto Mínimo e o Gasto Econômico permaneceram estáveis ao longo de todo

período, apresentando leves variações. Já o Gasto Social apontou notáveis variações, configurando um padrão alocativo perfeitamente definido, assumindo em todos os anos posição dominante.

Gráfico 1 – Gastos Mínimos, Sociais e Econômicos nos municípios alagoanos (1.000,00)



Fonte: Elaboração das autoras (2019).

As despesas com Gasto Mínimos e Econômicos *per capita* apresentaram alterações moderadas ao longo dos anos, mantendo-se relativamente os mesmos níveis de gastos, observando maior aplicação em todas as categorias no ano de 2018, conforme indica a tabela 2.

O Gasto Social e o Gasto Econômico *per capita* apontou crescimento ao longo dos anos, já o Gasto Mínimo *per capita* apresentou uma desaceleração nos anos de 2014 a 2016, elevando-se a partir de 2017, conforme demonstra o Painel B da tabela 2.

Tabela 2 – Gasto Público *per capita*

Painel A – Valores dos Gastos Públicos <i>per capita</i>						
Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
GM	478,34	464,09	465,74	447,20	469,92	518,69
GS	1.796,26	1.886,93	2.087,09	2.062,12	1.952,78	2.233,81
GE	48,08	59,62	65,62	64,53	62,96	75,22
Painel B – Análise Horizontal (AH) gastos <i>per capita</i> executados.						
Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	AH	AH	AH	AH	AH	AH
GM	100,0	97,0	97,4	93,5	98,2	108,4
GS	100,0	105,0	116,2	114,8	108,7	124,4
GE	100,0	124,0	136,5	134,2	130,9	156,4
Total	100,0	103,8	112,7	110,8	107,0	121,7

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

De acordo com a tabela 3, os gastos públicos por dia aumentaram no decorrer dos anos; contudo em 2016 observa-se uma redução moderada, com crescimento no ano posterior.

Analisando a evolução dos gastos evidenciados no painel B da tabela 3, comparando os gastos de 2018 com 2013, o aumento do Gasto Mínimo diário foi cerca de 8,6%, o Gasto Social aumentou aproximadamente 24,6% e o Gasto econômico 56,7%.

Tabela 3 – Gasto Público por dia (R\$ 1.000,00)

Painel A – Valores dos Gastos Públicos executados por dia.						
Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
GM	2.759,16	2.690,56	2.711,79	2.614,34	2.757,55	2.996,93
GS	10.361,26	10.939,40	12.152,14	12.055,28	11.459,09	12.906,59
GE	277,34	345,66	382,06	377,27	369,48	434,60
Painel B – Análise Horizontal (AH) dos gastos públicos executados por dia.						
Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	AH	AH	AH	AH	AH	AH
GM	100,0	97,51	98,3	94,8	99,9	108,6
GS	100,0	105,6	117,3	116,3	110,6	124,6
GE	100,0	124,6	137,8	136,0	133,2	156,7
Total	100,0	104,3	113,8	112,3	108,9	121,9

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

4.2 Análise Descritiva dos Gastos Públicos

A tabela 4 ilustra o comportamento dos Gastos Mínimos no período de 2013 a 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos. Os números apresentados mostram que a maior média de gastos mínimos executados nos municípios alagoanos ocorreu em 2018, R\$ 10.788.956,36 (dp \pm 8.815.746,94). Por outro lado, observa-se que a média desses gastos esteve sempre acima da mediana durante o período analisado. Em razão da amplitude existente entre os valores máximo e mínimo, constata-se que o ano de 2014 apresenta o maior desvio padrão (dp \pm 9.547.890,07).

Tabela 4 – Análise descritiva dos Gastos Mínimos entre 2013 e 2018

Ano	n	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	93	2.989.844,68	51.123.576,28	10.680.602,35	6.989.043,32	9.042.202,44
2014	90	2.918.108,39	76.370.685,40	10.762.255,99	8.137.847,27	9.547.890,07
2015	95	3.320.593,31	55.862.146,76	10.276.252,16	7.782.427,69	8.228.045,60
2016	90	2.718.869,51	51.436.506,57	10.457.342,93	8.031.294,98	7.931.574,81
2017	99	3.154.338,41	54.266.482,14	10.027.448,35	7.750.750,77	7.679.057,10
2018	100	2.837.911,40	60.956.576,15	10.788.956,36	8.207.766,15	8.815.746,94

n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

A tabela 5 mostra o comportamento dos Gastos Sociais entre 2013 e 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos. Os números apresentados mostram que a maior média de gastos sociais executados nos municípios alagoanos ocorreu em 2016, R\$ 48.221.117,06 (dp \pm 35.622.242,29). Por outro lado, observa-se que a média desses gastos esteve sempre acima da mediana durante o período analisado.

Tabela 5 – Análise descritiva dos Gastos Sociais entre 2013 e 2018

Ano	n	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	92	9.486.493,94	142.182.415,95	40.544.056,12	30.283.558,52	29.591.562,05
2014	90	9.936.574,20	157.081.641,70	43.757.606,87	34.768.583,51	31.538.675,14
2015	95	9.408.278,61	171.443.561,86	46.050.202,95	35.127.224,04	34.864.916,46
2016	90	9.974.005,66	157.178.077,46	48.221.117,06	36.572.652,68	35.622.242,29
2017	99	3.211.696,11	150.274.569,74	41.669.436,14	31.818.413,15	32.996.776,81
2018	100	5.216.356,50	169.138.307,11	46.463.731,64	36.220.799,63	37.286.801,80

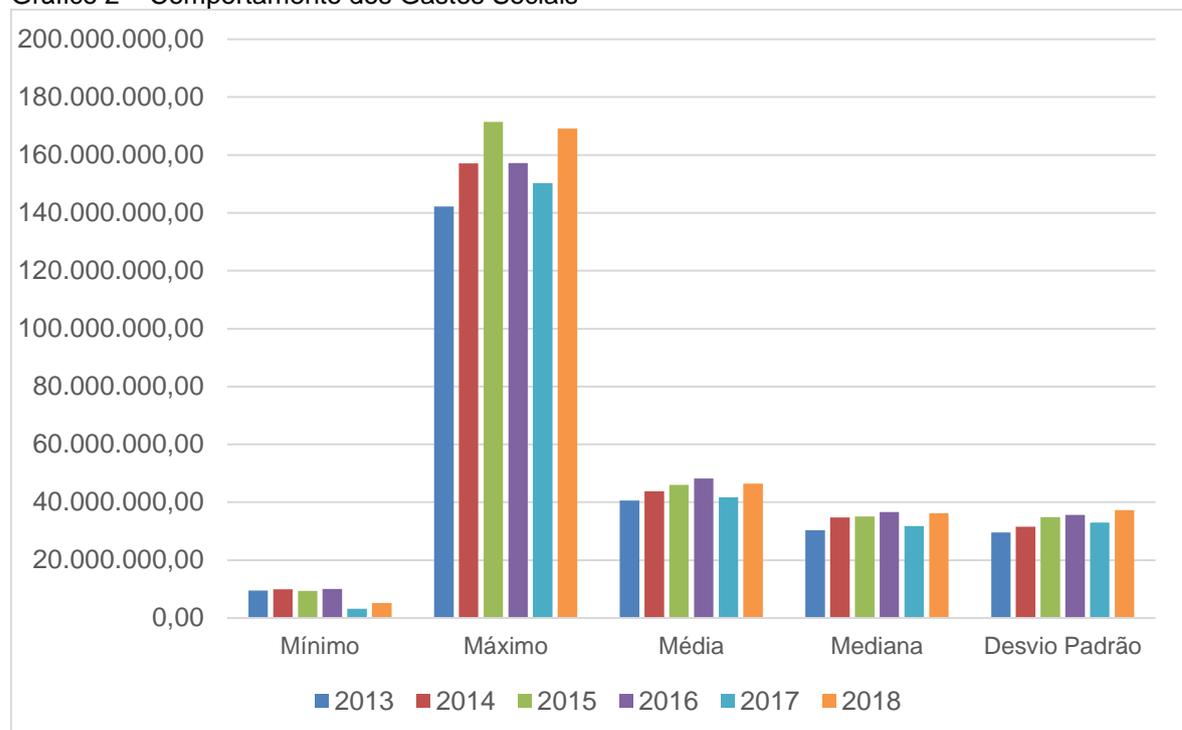
n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

No gráfico 2 pode-se observar a atuação dos Gastos Sociais. O maior e o menor valor aplicado a essa categoria encontra-se no ano de 2015 e 2017, respectivamente e 2016 apresenta-se com a maior média do período.

Gráfico 2 – Comportamento dos Gastos Sociais



Fonte: Elaboração das autoras (2019).

A tabela 6 ilustra o comportamento dos Gastos Econômicos no período de 2013 a 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos. Os números apresentados mostram que a maior média de gastos econômicos executados nos municípios alagoanos ocorreu em 2018, R\$ 1.596.473,79 (dp \pm 2.252.194,28). Por outro lado, observa-se que a média desses gastos esteve sempre acima da mediana durante o período analisado. Em razão da amplitude existente entre os valores máximo e mínimo, constata-se que o ano de 2018 apresenta o maior desvio padrão.

Tabela 6 – Análise descritiva dos Gastos Econômicos entre 2013 e 2018

Ano	n	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	86	997,85	10.931.944,22	1.160.978,52	758.545,50	1.514.902,15
2014	85	9,54	12.466.818,74	1.463.957,14	802.291,67	2.165.746,92
2015	92	4.996,08	13.146.426,25	1.495.011,94	902.094,92	1.924.660,12
2016	87	1.991,36	14.155.983,73	1.561.124,89	906.071,40	2.107.542,08
2017	98	2.470,80	14.832.343,08	1.357.262,89	831.823,06	1.986.622,30
2018	98	13.241,83	16.353.843,66	1.596.473,79	902.306,88	2.252.194,28

n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

O comportamento da execução dos gastos mínimos *per capita*, indicado na tabela 7, no período de 2013 a 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos, mostra que a maior média nos municípios alagoanos ocorreu em 2014, R\$ 629,69 (dp \pm 445,27). Por outro lado, verifica-se que a média desses gastos mostrou-se sempre acima da mediana durante o período analisado. Em razão da amplitude existente entre os valores máximo e mínimo, constata-se que o maior desvio padrão ocorreu no ano de 2014, conforme já citado.

Tabela 7 – Gastos Mínimos per capita

Ano	n	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	93	232,34	2.168,86	612,44	488,38	369,52
2014	90	248,74	3.590,96	629,69	483,18	445,27
2015	95	241,49	2.697,83	572,05	459,91	346,70
2016	90	235,97	1.857,37	560,38	446,84	318,83
2017	99	229,80	1.853,42	566,72	475,82	288,04
2018	100	251,44	1.822,76	613,75	518,70	311,34

n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

A execução dos gastos sociais *per capita*, apresentados na tabela 8, entre 2013 a 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos, mostra que a maior média nos municípios alagoanos ocorreu em 2014, R\$ 2.274,65 (dp \pm 473,37). Por outro lado, verifica-se que a média desses gastos mostrou-se acima da mediana entre 2013 e 2015. Entretanto, entre 2014 e 2018, observa-se que 50% dos municípios apresentam média baixo da mediana. Em razão da amplitude existente entre os valores máximo e mínimo, constata-se que o maior desvio padrão (dp \pm 645,91) ocorreu no ano de 2018.

Tabela 8 – Gastos Sociais per capita

Ano	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	92	1.234,08	3.562,74	2.155,33	2.064,97	458,32
2014	90	1.052,85	3.815,28	2.274,65	2.217,60	473,37
2015	95	1.318,42	3.703,61	2.268,86	2.182,16	456,81
2016	90	545,43	3.851,70	2.291,96	2.243,52	568,55
2017	99	240,73	3.183,44	2.087,56	2.114,68	568,08
2018	100	222,71	4.001,33	2.384,10	2.386,45	645,91

n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

A execução dos gastos econômicos *per capita*, apresentados na tabela 9, entre 2013 a 2018, excluindo-se os municípios que não apresentaram valores nos respectivos anos, mostra que a maior média nos municípios alagoanos ocorreu em 2014, R\$ 82,45 (dp \pm 178,91). Por outro lado, verifica-se que a média desses gastos mostrou-se acima da mediana entre 2013 e 2018.

Tabela 9 – Gastos Econômicos per capita

Ano	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
2013	86	0,17	388,67	60,24	46,20	61,19
2014	85	0,00	1.612,43	82,45	44,65	178,91
2015	92	0,45	546,86	76,51	52,99	78,85
2016	87	0,18	345,53	75,72	55,73	73,08
2017	98	0,23	374,62	65,92	45,57	66,75
2018	98	1,05	377,28	79,14	62,65	69,90

n (número de municípios que apresentaram dados)

Desvio Padrão (dp)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

Os valores máximos e mínimos podem ser observados no ano de 2014 e a maior média verificada foi no mesmo ano. Em razão da amplitude existente entre os valores máximo e mínimo, constata-se que o maior desvio padrão também ocorreu no ano de 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar os gastos dos municípios alagoanos, verificando sua trajetória ao longo dos anos para identificar os padrões dos gastos dos municípios considerando as categorias de Gastos Mínimos, Gastos Sociais e Gastos econômicos, e teve como objetivo investigar o perfil alocativo dos gastos públicos dos municípios do estado de Alagoas no período de 2013 a 2018.

As análises dos dados apresentados evidenciam três pontos importantes. O primeiro e mais notável é a elevada atuação e manutenção dos Gastos Sociais no conjunto de despesas dos municípios, destacando-se com predominância das preferências alocativas dos municípios, apontando para uma tendência sólida. Tal categoria apresenta-se com parcela superior aos demais gastos respondendo por mais da metade dos gastos totais em todos os anos (79%). A elevada participação do Gasto Social nos municípios indica uma prioridade dos gastos em políticas públicas nos governos municipais.

A segunda evidência diz respeito a redução da participação dos Gastos Mínimos em relação ao gasto total, indicando uma tendência de diminuição dos gastos com políticas públicas considerada como de domínio exclusivo do governo. O Gasto mínimo representa, em média, 18,5% dos gastos totais. No tocante, em sua trajetória a participação do Gasto Mínimo foi comprimida, isso se deu em paralelo a expansão da proporção dos Gastos Sociais.

O terceiro aspecto que merece atenção é a trajetória dos Gastos Econômicos. Tais gastos representa uma parcela limitada dos gastos totais respondendo por, em média, 2,5%. Apesar de permanecer estáveis no período de 2014 a 2017 é relevante destacar o desenvolvimento nessa categoria no ano de 2018 em relação a 2013, com crescimento superior a 50%.

Os municípios apresentaram padrões de preferências alocativas estáveis e definidos ao longo dos anos. A supremacia dos Gastos Sociais, o desenvolvimento dos Gastos Econômicos aliado a uma retração dos Gastos Mínimos constitui o atual perfil de alocação dos gastos públicos dos municípios alagoanos.

O trabalho realizado possibilita indagações para pesquisas futuras, podendo buscar justificativas relacionadas ao atual perfil dos gastos ou da elevada participação dos gastos sociais; investigar os gastos nos municípios alagoanos nos próximos exercícios; averiguar o comportamento dos gastos nos municípios de

outros estados realizando estudos comparativos buscando verificar o comportamento dos perfis alocativos.

O estudo se mostra oportuno e de grande importância para a sociedade e comunidade acadêmica, contribuindo para expansão do conhecimento sobre a alocação dos recursos e fortalecendo a discussão acerca das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto; ARAÚJO, Érica. A. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros**: arrecadação própria e receita disponível. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, n. 4, 2000.
- ANDRADE, Sandro A.; TEXEIRA, Arilton C. C. **Influência dos Gastos Públicos Sociais Sobre o PIB dos Municípios do Estado de Minas Gerais**. Revista Economia & Gestão, v. 14, Rio de Janeiro, 2012.
- ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à Ciência das Finanças**. 14. ed. rev. e atual. por Flávio Bauer Novelli. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- BARRO, Robert J. **Government spending in a simple model of endogenous growth**. Journal of Political Economy, 1990.
- BOGONI, Nadia Mar; HEIN, Nelson; BEUREN, Ilse Maria. **Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil**. Revista de Administração Pública (RAP), v. 45, n. 1, 2011.
- BOVO, José Murari. **Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 93-117, jan./fev. 2001.
- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964**. Brasília, 17 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 23 DE Junho de 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Edição 2016. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999**. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 15 de abril de 1999.
- BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- CANDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** Planejamento e políticas públicas ppp. n. 23, 2001. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>> Acesso em 20 de junho de 2019.

CARVALHO, Enyedja Kerlly M. A.; CARVALHO, José Ribamar M.; OLIVEIRA, Luana Monalisa S.; PEREIRA, Georgia Martins. **Alocação de recursos públicos em municípios paraibanos**. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 2, 2018.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FERNANDES, Maria Alice et al. **Gasto social das três esferas de governo**: 1995. Brasília: IPEA, 1998.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; MALLIAGROS, Thomas Georges. **Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil 1950/95**: Pesquisa e Planejamento Econômico, v.28 n.2, p. 315-338, 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GOMES, J. M. (1999). **A definição do gasto público: aspectos institucionais e disputa política**. Tese de mestrado. São Paulo: Eaesp/FGV.

GUEDES, Kelly Pereira; GASPARINI, Carlos Eduardo. **Descentralização Fiscal e Tamanho do Governo no Brasil**. Revista de Economia Aplicada, São Paulo - SP, v. 11, n. 2, p. 303-323, 2007.

JUND, Sergio. **AFO – Administração financeira e orçamentária**: Teoria e 750 questões Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbson Gonçalves. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MARTONE, C. **Juros e ajuste fiscal: comentários**. IN C. A. Rocca (Org.), *Mercado de Capitais, Agenda de Reformas e Ajuste Fiscal*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUELLER, Charles C. **A teoria dos bens públicos e a economia do bem estar**. Estudos Econômicos, v. 2, n. 4, 1972.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NASCIMENTO, D. M. do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NAVARRO, Felipe Ferreira. **Preferências alocativas dos governos estaduais: um estudo comparativo dos gastos públicos no período recente**. Fundação João Pinheiro, 2016. Disponível em: <<http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2263>> Acesso em: 30 de Maio de 2019.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed., 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, Fernando. **Modernização tributária e federalismo fiscal**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 25-38, 2003.

REZENDE, Fernando. **O Processo da Reforma Tributária**. Texto para Discussão nº 396. Ipea/Rio, 1996.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994)**. Dados - Revista de Ciências Sociais 40(3): 264-279, 1997.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Os Leviatãs Estão Fora de Lugar**. Dados, vol. 39, 1996.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Dados da Secretaria do Tesouro Nacional**. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

SILVA, Mauro Santos. **Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 15, n.1, jan./abr, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **Economics of the public sector**. New York, W. W. Norton, 1996.

TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição**, 2018. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6> Acesso em 28 em Maio de 2019.

VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade; CORRAR, Luiz João. **Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico social dos municípios paulistas**. Revista de Contabilidade e Organizações FEARP/USP. V.3. N. 5., p. 80-97., jan/abr 2009.